

Legislativo Federal

Comissão aprova aporte da União para conclusão de moradias do MCMV



Professora Dorinha Seabra, relatora da matéria

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) do **Senado Federal** aprovou nesta terça-feira, 2/9, o [PL 4686/2023](#), de autoria do senador Eduardo Gomes (PL/TO) e relatado pela senadora **Professora Dorinha Seabra (União/TO)**.

O projeto altera a [Lei nº 11.977/2009](#) (PMCMV) para **autorizar a União a aportar recursos adicionais de até R\$ 60 mil por família na conclusão, legalização e entrega de cerca de 22 mil unidades habitacionais da modalidade oferta pública do programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)**. Atualmente, a legislação veda esse tipo de complemento financeiro por parte do governo federal.

De acordo com a justificativa, a medida busca viabilizar a entrega de moradias contratadas nos editais de 2009 e 2012, voltadas a municípios com até 50 mil habitantes e destinadas a famílias com renda de até R\$ 1.600. Das 166.886 unidades originalmente contratadas nessa modalidade, mais de 86% já foram entregues, restando pouco mais de 22 mil em andamento.

A proposta prevê que, mediante manifestação de interesse de instituições ou agentes financeiros, o Ministério das Cidades poderá autorizar aportes excepcionais, incluindo custos de edificação, assistência técnica e execução das obras. A expectativa é de que as unidades pendentes sejam finalizadas até agosto de 2025.

O [texto](#) segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

SUMÁRIO

Comissão aprova aporte da União para conclusão de moradias do MCMV - p. 1

Comissão aprova projeto para subsidiar materiais de construção - p. 2

Câmara aprova desincorporação de áreas públicas do município - p. 3

Câmara Municipal instala CPI para investigar habitações de interesse social - p. 3

Comissão aprova projeto para subsidiar materiais de construção

A Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE) da **Câmara dos Deputados** aprovou, na quarta-feira, 3/9, o [PL 3141/2023](#), de autoria do senador Sérgio Petecão (PSD/AC), que **institui o Programa Cartão Reconstruir**.

A iniciativa prevê a concessão de subsídios para a compra de materiais de construção destinados à reforma, ampliação ou conclusão de residências em locais atingidos por desastres.



Lins, relator da matéria

O relator, deputado **Átila Lins (PSD/AM)**, apresentou parecer favorável ao [texto original](#), com [duas emendas](#): a primeira retira a possibilidade de utilização do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap) como fonte de recursos; a segunda estabelece limite máximo de R\$ 100 milhões para pagamento por exercício financeiro.

O programa terá abrangência nacional e será custeado com recursos do Orçamento da União, podendo contar com apoio de estados, Distrito Federal e municípios. Será destinado a pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), com 18 anos ou mais — ou emancipadas —, proprietárias de imóvel residencial em áreas declaradas em situação de emergência ou de calamidade pública.

De acordo com a proposta, terão prioridade as famílias:

- com pessoas que faleceram ou se tornaram inválidas em decorrência do desastre;
- com idosos ou pessoas com deficiência;
- de menor renda, cujo responsável pela subsistência seja mulher.

A matéria segue para análise da Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU).

Legislativo Municipal

Câmara aprova desincorporação de áreas públicas do município



Sessão plenária da Câmara Municipal - 3/9/2025

O plenário da Câmara Municipal de São Paulo aprovou, na quarta-feira, 3/9, o [PL 673/2025](#), de autoria do Executivo, que **desincorpora imóveis da classe de bens de uso comum** do povo e os transfere para a classe de bens dominiais. A proposta também recebeu [oito emendas](#) apresentadas pelos vereadores.

O [texto original](#) autoriza a desincorporação e a transferência de duas áreas municipais localizadas nas proximidades da Avenida Paulista, tornando-as passíveis de alienação.

A primeira área é uma travessa com acesso pela Alameda Lorena e a segunda corresponde a uma passagem de acesso pela Rua Pamplona. As emendas aprovadas ampliaram o alcance do projeto, incluindo outras áreas da cidade.

Na prática, a proposta permite a venda desses imóveis à iniciativa privada, desde que o valor não seja inferior ao da avaliação. As despesas decorrentes da transação serão de responsabilidade do comprador.

O projeto de lei, aprovado em primeira discussão em 24/6, segue agora para a redação final na Comissão de Constituição e Justiça.

Câmara Municipal instala CPI para investigar habitações de interesse social



Composição da CPI-HIS

A Câmara Municipal de São Paulo [instalou](#) na quinta-feira, 4/9, a Comissão Parlamentar de Inquérito das Habitações de Interesse Social (CPI-HIS). A iniciativa, aprovada no Plenário no primeiro semestre por meio do [Requerimento nº 20/2025](#), de autoria do vereador **Rubinho Nunes (União)**, que tem como finalidade **investigar a produção e a comercialização irregular de moradias populares no município**.

Por ter sido o requerente, Nunes assumiu a presidência do colegiado, que terá como vice-presidente **Nabil Bonduki (PT)** e como relator **Dr. Murillo Lima (PP)**. Também integram a comissão os vereadores **Isac Félix (PL)**, **Marcelo Messias (MDB)**, **Sílvia da Bancada Feminista (Psol)** e **Gabriel Abreu (Podemos)**.

Durante a reunião de instalação, foram aprovados requerimentos apresentados por Nunes, Nabil Bonduki e Isac Félix, para oitiva de representante de órgãos públicos.

O colegiado se reunirá semanalmente, às terças-feiras, das 11h às 13h, e terá prazo regimental de 120 dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período, caso seja necessário.